



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 10/2026/DAOA-AM

ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20 de fevereiro de 2026, aprovada na sessão ordinária de 30 de abril de 2026.

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 4 de maio de 2026. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA)



J.R.
haunha

ATA N.º 6 – No dia 20 de fevereiro de 2026, na cidade de Santa Maria da Feira, no Europarque, reuniu, às 20H50, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Adelina da Conceição Sá Portela, e secretariada pelos(as) Sra.(as) José Carlos Pinto da Silva e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:**
 - Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025
 - Ata N.º 5 – Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 2026;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal;**
- 4 – Relatório de Atividades de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira;**
- 5 – Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental;**
- 6 – 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes;**
- 7 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno sita na Rua da Zona Industrial, em Espargo, União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo;**
- 8 – Afetação de área ao Domínio Público Municipal, sita no lugar de Monte Alegre, freguesia de Fornos, concelho de Santa Maria da Feira;**
- 9 – Proposta de listas de candidaturas ao Programa de Apoio à Recuperação do Património;**
- 10 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de São João de Ver;**
- 11 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Nogueira da Regedoura;**



12 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Fornos. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Srs. Vereadores Mário Jorge de Castro Reis, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Paulo Jorge Leitão Marcelo, Vítor Carlos Latourrette Marques, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves, e Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos. -----

Não esteve presente a Vereadora Ana Beatriz Soares Pereira da Silva. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. --- Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, informou que os membros Roberto Pinto de Oliveira (PSD) e Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Roberto Oliveira: substituído pelo Mário Jorge Soares da Silva Brito (*uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Rute Marina Pinho Marques – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão*),-----
- Ana Lamas: substituída pela Raquel Resende de Andrade (*uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – José Miguel de*



maCunha

Amorim Ribeiro – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão).-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Pedro Alexandre da Silva Martins (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Wilson Filipe Oliveira Pereira, --
- Gião: Manuel Oliveira Leite (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sónia Patrícia da Silva Gomes,-----
- Louredo: José Fernando Moreira (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Marta da Silva Costa,-----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Hernâni Almeida da Costa, ----
- Paços de Brandão: Avelino Carvalho Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Maria da Conceição Pereira da Silva,-----
- Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sara Elisabete Gomes Portal,---
- São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria (PSD) – delegou a representação na Vogal do Executivo: Idalina Reis Maia.-----

Encontravam-se presentes, no início da sessão, 59 dos 61 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Adelina da Conceição Sá Portela; José Carlos Pinto da Silva; Carlos Eduardo Soares de Seixas; João Luís Almeida Cunha; Sandra Maria da Silva Castro; Solange da Cunha Figueiredo; José Moreira de Jesus Castro; Armando de Fontes Teixeira; Minervina Ferreira da Silva Rocha; Paulo Samuel Carvalho Ferreira Pinto; Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; António Perestrelo de Lima; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Ana Rita Castro de Sousa; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; Mário Jorge Soares da Silva Brito; Raquel Resende



de Andrade; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Wilson Filipe Oliveira Pereira; Arrifana – Joaquim Manuel dos Santos Teixeira; Caldas de São Jorge – José António dos Santos Ribeiro; Canedo – Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro; Escapães – Ana Patrícia Bastos da Cunha; Fiães – Joaquim José Ferreira dos Santos; Fornos – César Jorge Pais Resende; Gião – Sónia Patrícia da Silva Gomes; Guisande – Johnny Deivis Baptista de Almeida; Louredo – Marta da Silva Costa; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Mosteirô – Luís Filipe da Cruz Soares; Mozelos – Catarina de Oliveira Silva; Paços de Brandão – Maria da Conceição Pereira da Silva; Rio Meão – Filipe Edgar Reis Dias; Romariz – Sara Elisabete Gomes Portal; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Idalina Reis Maia; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; Vale – Fausto Paiva dos Reis Sá; e Vila Maior – Andreia Silva Marques, -----

Pelo Partido Socialista (PS): -----

Susana Alexandra Lopes Correia; Daniel Tavares Gomes; Rui Alves Rios; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Domingos Manuel da Silva Florim; Telma Mafalda Vieira Barbosa; Manuel Ferreira Santos; Joaquim de Freitas; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Marco António Gomes Gonçalves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Fernando Ferreira de Sousa; Pigeiros – António Alves Cardoso; Sanguedo – Avelino Pereira Oliveira Fontes; e São Miguel de Souto – Francisco Manuel de Oliveira Andrade, -----

Pelo Chega (CH): Juliana Catarina Pinho Carvalho; Ricardo Manuel da Silva Pinto; Júlia Maria Alves de Oliveira; e Sandra Sofia Sá Santos Moutinho, --

Pela Iniciativa Liberal(IL): Rui Luís Campos de Oliveira, -----

Independente (IND): Hernâni Almeida da Costa – Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Entrou no decorrer da sessão: Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva (PSD).-----

Faltou à sessão, sem ser substituído: David António Henriques das Neves – Presidente da Junta de Freguesia de Lobão (PS), devido a um imprevisto inadiável – cuja falta a Mesa considerou justificada.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou da existência de 4 documentos para serem apreciados – 2 do CH, 1 do PS e 1 do PSD – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos documentos, para procederem à apresentação dos mesmos.

Interveio a deputada municipal **Júlia Oliveira** (CH), que apresentou e explanou os dois documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“VOTO DE PESAR – VÍTIMAS DAS TEMPESTADES -----

O grupo municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 20 de fevereiro de 2026, manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas das tempestades que, desde finais de janeiro, têm assolado diversas regiões do país, provocando perdas humanas, desalojados e elevados prejuízos materiais. Neste momento de dor e consternação, expressamos as nossas mais sentidas condolências às famílias e amigos das vítimas, bem como a nossa solidariedade para com todos os cidadãos afetados de forma direta e indireta por estes fenómenos meteorológicos extremos e destrutivos.-----

Partilhamos o sofrimento das comunidades e empresas atingidas e desejamos que encontrem força e esperança para ultrapassar esta difícil adversidade. Reconhecemos e enalteçemos o empenho incansável de todos aqueles que demonstraram coragem, elevado sentido de missão e que têm

§
R.
Inocência



estado no terreno a prestar apoio às populações. Reconhecemos e enalteçemos a colaboração prestada do Município de Santa Maria da Feira, com a cedência de geradores e outros.”-----

“RECOMENDAÇÃO – ESTRADAS -----

Decorrente das recentes adversidades temporais, que agravaram de forma significativa o estado de degradação das Estradas Municipais que atravessam o concelho de Santa Maria da Feira, o grupo municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 20 de fevereiro de 2026, recomenda que seja feita: -----

1 – Uma inspeção e reparação urgente das pavimentações das estradas, sinalização rodoviária, abrigos de passageiros, entre outros, no concelho de Santa Maria da Feira. Observam-se danos significativos em algumas destas estruturas colocando em risco a segurança de condutores, passageiros, peões e outros possíveis intervenientes, potenciando a ocorrência de acidentes e que podem ser prevenidos pelo município. -----

2 – Uma vistoria técnica extraordinária às estradas recentemente pavimentadas e que ainda não finalizaram o contrato com o “Auto de receção definitiva” aprovada em Reunião de Câmara. No caso de se confirmar a identificação de falhas nas pavimentações, acionar junto do(s) empreiteiro(s) a resolução das mesmas, sem prejuízo para o Município de Santa Maria da Feira. O mau estado das vias prejudica a mobilidade diária das populações, o transporte escolar, o acesso a serviços essenciais e o normal funcionamento da atividade económica e industrial do concelho. -----

3 – Um pedido urgente às Infraestruturas de Portugal para reparação das Estradas Nacionais no concelho de Santa Maria da Feira.”-----

Interveio a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve:-----



Handwritten signature: Ana Cunha

“RECOMENDAÇÃO – REFORÇO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

Na sequência das recentes tempestades que atingiram o nosso país, o nosso concelho foi alvo de diversas inundações, com especial incidência nas margens do Rio Uíma, designadamente nas freguesias de Canedo e Lobão. Importa reconhecer a pronta intervenção do Serviço Municipal de Proteção Civil, das Juntas de Freguesia, das Forças de Segurança e dos operacionais das Corporações de Bombeiros do concelho, cujo empenho foi determinante na mitigação dos danos.-----

Os fenómenos extremos que temos vindo a registar confirmam aquilo que há muito vem sendo alertado pela comunidade científica: as alterações climáticas são um dos maiores desafios do século XXI. -----

O nosso concelho tem publicitado instrumentos estratégicos relevantes, como a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e intervenções de requalificação ambiental do Rio Uíma. Contudo, a intensidade e frequência dos eventos recentes demonstram que é necessário reforçar, atualizar e operacionalizar medidas estruturais de prevenção e adaptação. -----

É, pois, tempo de avaliar, corrigir e agir com maior antecipação e fazer jus como consta da nota prévia desses documentos estratégicos, “[a] adaptação é, portanto, uma responsabilidade partilhada. Todos temos de nos envolver e aprofundar os conhecimentos nesta área. Estudar as boas práticas existentes, ser criativo e usar o avanço tecnológico [...] para que estejamos melhor preparados para a construção de uma comunidade e um território mais resiliente.”-----

É crucial perceber o que falhou e como podemos melhorar, para prevenir.-- Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda ao Executivo Municipal: -----

a) Proceder a um levantamento técnico das zonas afetadas por inundações identificando pontos críticos, permite-nos perceber quais os pontos mais

Handwritten initials and signature



- frágeis do curso do Rio Uíma e respetivas ribeiras, nomeadamente áreas de menor capacidade de retenção e escoamento;-----
- b) Elaborar uma avaliação casuística das causas das ocorrências, permitindo identificar fatores como acumulação de detritos, insuficiência de limpeza, instabilidade de margens, ocupação indevida de leitos de cheia ou outras condicionantes; -----
 - c) Definir e calendarizar intervenções prioritárias, como resultado do levantamento e avaliação referidos; -----
 - d) Definir e implementar um Plano Anual de Limpeza e Manutenção do Rio Uíma e ribeiras afluentes, com calendarização pública e mecanismos de monitorização; -----
 - e) Reforçar a fiscalização do cumprimento normativo, nomeadamente pelos proprietários ou arrendatários agrícolas ou florestais dos terrenos marginais; - com o objetivo de prevenir e dissuadir comportamentos potencialmente ilícitos que coloquem em causa o curso de água; -----
 - f) Promover ações de sensibilização junto da população e do tecido empresarial, com o envolvimento das juntas de freguesia, para a importância da implementação de práticas sustentáveis e do respeito pelas linhas de água;-----
 - g) Promover a elaboração e a aprovação de um Plano Municipal para as Alterações Climáticas, articulado com os instrumentos de planeamento territorial e de proteção civil; -----
 - h) Assegurar o estrito cumprimento da Lei de Bases do Clima e das recomendações e orientações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA); ---
 - i) Proceder à avaliação da capacidade operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil, assegurando a adequação dos recursos humanos, técnicos e logísticos às exigências atuais;-----
 - j) Implementar um programa municipal permanente de sensibilização e formação em matéria de proteção civil e alterações climáticas, dirigido a escolas e comunidade educativa, associações locais, tecido empresarial,
-



↓
R.
Ana Cunha

população sénior e grupos vulneráveis; -----

k) Promover ações regulares de informação pública, simulacros e campanhas de autoproteção, reforçando a cultura de prevenção e a responsabilidade partilhada. A prevenção começa na comunidade. Uma população informada e preparada é um dos pilares fundamentais da resiliência territorial;-----

l) Estudar a criação de Unidades Locais de Proteção Civil ao nível das freguesias ou uniões de freguesia, em articulação com as respetivas Juntas, reforçando a proximidade, a capacidade de resposta imediata e a identificação preventiva de riscos específicos de cada território. Esta descentralização permitirá uma atuação mais célere, uma melhor articulação com as populações e uma monitorização contínua das zonas mais vulneráveis;-----

m) Dar conhecimento formal à Assembleia Municipal do levantamento efetuado relativamente às ocorrências registadas nesta época de chuvas, dos meios mobilizados e procedimentos desencadeados. Das medidas corretivas e preventivas já implementadas ou em curso. A transparência e a partilha de informação são essenciais para uma resposta coletiva mais eficaz e para o reforço da confiança institucional. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, conforme antedito, saúda a rápida intervenção dos operacionais das corporações feirenses, das forças da autoridade, do Serviço Municipal de Proteção Civil e do respetivo pelouro, das Juntas de Freguesia, e reafirma a sua total disponibilidade para colaborar na definição de políticas públicas que mitiguem os efeitos das alterações climáticas e reforcem a resiliência de Santa Maria da Feira. -----

O executivo municipal tem, em nós, um parceiro para a definição de políticas que mitiguem os efeitos das alterações climáticas e tornem o nosso Concelho mais resiliente.”-----

Interveio o membro **Joaquim Teixeira**, Presidente da Junta de Freguesia



de Arrifana (PSD), que apresentou e explanou o voto de louvor que, seguidamente, se transcreve:-----

“VOTO DE LOUVOR À PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

O Grupo do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira apresenta o presente Voto de Louvor à Proteção Civil do concelho, pelo trabalho desenvolvido ao longo das últimas semanas, num contexto particularmente exigente, marcado por sucessivas depressões meteorológicas, com períodos prolongados de precipitação intensa e episódios de vento forte.-----

Durante este período prolongado de instabilidade, os diferentes agentes de proteção civil asseguraram um acompanhamento permanente da situação, com planeamento, antecipação de riscos, monitorização contínua, ativação de mecanismos de prontidão e coordenação de respostas no terreno, garantindo uma rápida intervenção às ocorrências registadas. -----

Este Voto de Louvor é dirigido, em particular, ao Serviço Municipal de Proteção Civil, às três corporações de Bombeiros Voluntários do concelho (Arrifana, Lourosa e Santa Maria da Feira), à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública, às brigadas municipais, às Juntas de Freguesia e aos demais serviços municipais envolvidos, cujo profissionalismo e disponibilidade permanente foram determinantes para a proteção das populações e dos seus bens. -----

Apesar do território de Santa Maria da Feira não ter registado situações de gravidade comparável às verificadas noutros municípios do país, as condições meteorológicas adversas exigiram uma capacidade de resposta contínua e uma presença constante no terreno, com proximidade às populações e intervenções que contribuíram para prevenir impactos mais significativos.-----

Este trabalho operacional foi desenvolvido num quadro de coordenação institucional, permitindo uma atuação integrada entre os serviços técnicos, os agentes de proteção civil e os diferentes níveis de responsabilidade



†
R.

Ana Cunha

política, assegurando coerência de decisão e rapidez de resposta. Importa ainda reconhecer o papel da Proteção Civil na comunicação responsável com a população, veiculando alertas e recomendações através das redes sociais do Município.-----

Os Deputados do PSD na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira expressam, assim, o seu reconhecimento público e o seu agradecimento à Proteção Civil do concelho pelo profissionalismo, dedicação, espírito de serviço público e compromisso com a segurança das populações, apresentando este Voto de Louvor como sinal de valorização do trabalho desenvolvido em prol do concelho e de todos os feirenses.”-----

Concluindo, deu nota do sentido de voto favorável do grupo municipal do PSD aos restantes documentos em apreço neste Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que, começando por aludir ao voto de pesar apresentado pelo Chega, disse que a IL se associa, integralmente, à manifestação de solidariedade para com as vítimas das tempestades e suas famílias. Referiu que, nestes momentos, o que se exige às instituições é dignidade, respeito e humanidade, salientando que as recentes tempestades colocaram à prova as instituições, os serviços e a capacidade de resposta enquanto comunidade. -----

Realçou que é sempre mais fácil comentar quando não se está no local, contudo, no terreno a realidade é diferente, as decisões são rápidas, as condições são adversas e o risco é real. Assim, louva, publicamente, o esforço dos voluntários, das populações, dos técnicos das mais diversas áreas que, frequentemente, são alvo de crítica fácil, mas que deram o corpo ao manifesto, disseram presente, trabalharam em condições meteorológicas adversas, sempre com espírito de missão e de compromisso com a comunidade.-----

Quanto à recomendação, apresentada pelo Chega, sobre as estradas, disse

+



Incluído

compreender a preocupação, mas o que mais o preocupa é ausência, por exemplo, de sinalização adequada, a má iluminação pública e a existência continua de passadeiras sem reforço luminoso, do que, propriamente, o estado do piso das vias. Disse acreditar que, a breve trecho, as condições desses pisos serão repostas, acrescentando que a conservação da rede viária é importante, mas que a segurança rodoviária reside na visibilidade e na prevenção. Comentou que uma estrada pode ter o pavimento aceitável e, ainda assim, ser perigosa, por falta de iluminação ou de sinalização, ressaltando que a prioridade é proteger peões, crianças e demais utilizadores da via pública. -----

Sobre a recomendação do PS relativa às medidas de prevenção e adaptação às alterações climática, disse que a IL valoriza políticas públicas baseadas em diagnóstico técnico, planeamento e execução, salientando que a prevenção é sempre mais eficiente do que a reparação, mas que os planos só têm valor se forem concretizados. Afirmou que estratégia sem execução é burocracia, já estratégia com execução é boa governança. -----

Disse que acredita que o trabalho já desenvolvido no âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM) acautela muitas destas situações, designadamente, ao nível do ordenamento do território e da mitigação dos riscos, apelando à importância de garantir a coerência, a fiscalização e o cumprimento efetivo do previsto nesse instrumento. -----

Em relação ao voto de louvor, proposto pelo PSD, à Proteção Civil do Concelho, disse que a IL reconhece, obviamente, o mérito dos operacionais que estiveram no terreno. Salientou que o serviço público deve ser exigente, mas também deve saber reconhecer quem cumpre bem como valorizar quem se disponibiliza, seja em que condições for, para ajudar a salvaguardar pessoas e bens. -----

Concluindo, informou que a IL vota favoravelmente todos os documentos apresentados por sentido institucional, de responsabilidade e de coerência com os valores que defende, ou seja, solidariedade nas dificuldades, rigor na



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Ino Cunha

gestão pública, prevenção eficaz e valorização do mérito. -----

Entrou o membro Jorge Manuel Silva. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) referindo que o grupo municipal do PS acompanha a recomendação do Chega, em forma de alerta, assim como se associa ao voto de louvor do PSD e ao voto de pesar do Chega. Quanto a este, propôs que fosse cumprido um minuto de silêncio pelas vítimas, no final da votação. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que reconhecendo e partilhando a preocupação, sobre o tema das recentes tempestades, de âmbito nacional e transversal a todos os partidos, entendeu prestar alguns contributos para o debate. -----

Em primeiro lugar, manifestou o desejo de que a Câmara fosse associada ao voto de pesar pelas vítimas das tempestades, bem como ao voto de louvor para com as entidades que não tutela, evitando, assim, qualquer exercício de autoelogio. -----

Informou ainda que o órgão executivo, a que preside, já tivera oportunidade, em sede própria e até no decurso dos eventos, de prestar homenagem às vítimas diretas e indiretas das tempestades, bem como de manifestar solidariedade com os municípios mais afetados. Assim, declarou pretender associar a Câmara Municipal, julgando que o faz, também, em nome dos senhores vereadores, aos votos de pesar e de louvor, apresentados. -----

No que concerne à preocupação expressa pelo partido Chega, sobre as inspeções e reparações das estradas, esclareceu que essa tarefa foi iniciada, já quanto às vistorias realizadas antes da receção definitiva das obras, afirmou que a proposta faz sentido. -----

Disse, também, saudar a proposta do PS relativa ao reforço das medidas de prevenção e adaptação às alterações climáticas porquanto assenta numa

J
R.
Inácio



reflexão destinada a melhorar a capacidade de resiliência futura do Município, propondo um debate entre os diferentes órgãos e partidos políticos. Nesse âmbito, entendeu prestar algumas informações úteis aos membros da Assembleia Municipal, à semelhança do que fizera, de forma sucinta aos senhores vereadores, na reunião camarária. -----

Esclareceu que, quanto ao levantamento técnico, o Plano Diretor Municipal (PDM), atualmente em revisão, integra uma carta de zonas inundáveis com um histórico muito pormenorizado, constituindo um documento fundamental para a proteção civil. Quanto às avaliações, explicou que o Serviço Municipal de Proteção Civil elabora fichas de ocorrência que permitem manter um histórico das situações recorrentes, instrumento essencial para a resolução de problemas, alguns de resolução mais simples, outros mais complexos. -----

Indicou que, embora algumas áreas, anteriormente afetadas, tenham deixado de registar inundações, subsistem outros problemas, devidamente registados no histórico da proteção civil. Relativamente à definição e calendarização de intervenções prioritárias, esclareceu que as intervenções mais simples têm sido articuladas com as juntas de freguesia, enquanto as mais complexas, que exigem empreitadas e estudos hidrográficos, têm sido programadas de acordo com o histórico das ocorrências. -----

No que respeita ao plano anual de limpeza e manutenção, salientou que, além do rio Uíma, que é um importante eixo hidrográfico do território, importa considerar outras bacias hidrográficas, como o Cáster, o Inha, o Porto de Carvoeiro e as pequenas linhas de água, não esquecendo os cerca de quatro quilómetros do rio Douro no concelho, onde se situa um relevante aglomerado populacional. -----

Manifestou concordância com o reforço da fiscalização e do cumprimento normativo em relação aos proprietários, defendendo que o Governo deve reforçar a capacidade de atuação das câmaras municipais nesta matéria. Reconheceu ainda que a maioria dos cidadãos colabora com a proteção civil,



porém subsistem alguns que geram dificuldades, inclusive em contextos de urgência. -----

Quanto às ações de sensibilização, referiu que têm sido desenvolvidas sobretudo na área ambiental, devendo ser reforçadas, e que o Serviço Municipal de Proteção Civil tem realizado esse trabalho junto de escolas, empresas, comércio e IPSS. Reitera a sua anuência à elaboração do plano municipal para as alterações climáticas, já em fase de execução, bem como ao integral cumprimento da Lei de Bases do Clima.-----

Relativamente à avaliação da capacidade operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil, observou que o debate se expandiu a nível nacional, adiantando que, a 2 de maio de 2025, o município apresentou uma candidatura a fundos comunitários para a criação de uma central única, a qual foi aprovada, o que permitirá, a breve prazo, uma resposta integrada. Informou que a candidatura inclui duas viaturas operacionais, uma viatura de comando, reforço de comunicações, instalação de quatro estações meteorológicas no concelho e uma aplicação para avisos e alertas à população. -----

Reiterou a concordância com a implementação de um programa municipal de sensibilização e formação para prevenção de riscos, já em desenvolvimento nas escolas. Sublinhou a importância do projeto “Aldeias Seguras”, particularmente relevante no período de fogos, bem como a realização de simulacros em escolas, empresas e comércio, mencionando um simulacro feito, no dia de hoje, na empresa ACAIL, acompanhado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. -----

Referiu ainda o trabalho de criação e reforço de unidades locais de proteção civil, ao nível das freguesias, tendo vindo a ser promovidos esforços conjuntos, bem como partilha de recursos humanos e estratégicos para aumentar a capacidade de intervenção. Recordou que já havia sido deliberado, em articulação com os agentes de proteção civil, o reforço de reservas estratégicas de geradores e combustível, bem como a criação de

Handwritten initials and signature.



redundâncias nas comunicações, abrangendo bombeiros, Cruz Vermelha, Unidades de Saúde Familiar e juntas de freguesia. Sublinhou que os autarcas, presidentes de câmara e de junta, foram absolutamente essenciais na primeira linha de resposta, desempenharam o principal papel na resposta à crise, comentando, a final, que a dúvida do centralismo terminou com a resposta que foi dada por parte dos autarcas.-----

Por fim, informou que faria chegar à Presidente da Assembleia Municipal os dados municipais de ocorrências do Serviço Municipal de Proteção Civil, com a devida reserva, para posterior distribuição pelos grupos municipais. Esclareceu que os dados apresentados, referentes ao período entre as 0h00 de 28 de janeiro e a presente data, registavam 136 ocorrências diretas, para além das que foram reportadas às corporações de bombeiros ou à Divisão da Rede Viária e de Trânsito.-----

Determinou que, das 136 ocorrências registadas, 7 diziam respeito a danos ou quedas de redes de energia, 10 a quedas de postes de telecomunicações, 25 a desabamentos de estruturas edificadas, maioritariamente quedas de muros para o domínio público, 1 incêndio urbano, 11 inundações de estruturas, 12 inundações de superfície, 12 movimentos de massa, 5 quedas de árvores, 4 quedas de estruturas temporárias e 49 situações de perigo, designadamente, abatimentos ou buracos na via pública. Indicou ainda que as freguesias com maior número de ocorrências foram Arrifana, Canedo, Santa Maria da Feira e São João de Ver, registando-se, contudo, intervenções em todas as demais freguesias do concelho.-----

Concluiu que pretendia, com estas informações, contribuir para o debate e para o esclarecimento geral dos membros da Assembleia Municipal e da população.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- Voto de Pesar (CH): *“Vítimas das tempestades”*-----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 60 votos a favor (PSD:40, PS:14, CH:4, IL, IND), aprovar o voto de pesar em referência. -----

- Recomendação (CH): *“Estradas”*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 60 votos a favor (PSD:40, PS:14, CH:4, IL, IND), aprovar a recomendação em referência. -----

- Recomendação (PS): *“Reforço das Medidas de Prevenção e Adaptação às Alterações Climáticas no Concelho de Santa Maria da Feira”*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 60 votos a favor (PSD:40, PS:14, CH:4, IL, IND), aprovar a recomendação em referência. -----

- Voto de Louvor (PSD): *“À Proteção Civil do Concelho de Santa Maria da Feira”*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 60 votos a favor (PSD:40, PS:14, CH:4, IL, IND), aprovar o voto de louvor em referência. -----

Saiu o membro André Vivas Rocha.-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia permitiu, a cada grupo municipal, usar da palavra para colocar questões à Câmara, de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Rui Oliveira.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), para dar nota da posição da Iniciativa Liberal sobre a revisão do PDM, em fase de discussão pública, saudando o presidente do Executivo e os feirenses por isso, por se tratar de um dos documentos mais estruturantes para o futuro do Concelho. -----

Referiu que, após um longo processo de revisões, pareceres e sucessivos adiamentos, o novo PDM está finalmente a chegar a bom porto, salientando

Inacumba



que todos deveriam reconhecer o quanto tal é positivo, desde logo porque um concelho com a dimensão de Santa Maria da Feira, com mais de 200 quilómetros quadrados, mais de 130 mil habitantes e uma forte dinâmica industrial e urbana, não pode viver com instrumentos desatualizados. Acrescentou que o planeamento é previsibilidade o que, consequentemente, aporta desenvolvimento. -----

Saudou a ambição do documento, a aposta na reabilitação urbana, na mobilidade ativa, na qualificação ambiental e na reorganização do território, destacando, como pontos positivos, a sua programação financeira, as metas e o enquadramento estratégico. Contudo, a questão que se coloca não é tanto a do planeamento, mas sim a da sua efetiva execução, realçando que um plano só é credível se os seus projetos estruturantes forem exequíveis. A este respeito, referiu que o encargo municipal previsto ronda cerca de 82 milhões de euros, ao longo de 10 anos, o que perfaz, cerca de 8 milhões de euros, por ano, o que, aparentemente, parece escasso para um concelho desta dimensão, atendendo à extensa rede viária e às necessidades acumuladas ao longo dos anos. Questionando, assim, se esse nível de investimento será suficiente para produzir a transformação ambicionada. Manifestou a convicção de que este valor sofrerá um incremento, ao longo dos anos de execução do citado plano, o que será acompanhado por esta Assembleia. -----

Esclareceu que não pretende, com isto, imputar a responsabilidade apenas ao executivo camarário, considerando que o desafio que o PDM coloca constitui uma responsabilidade de todos, daí defender a abertura ao diálogo sobre a celeridade na execução e, acima de tudo, de partilha de um ideal comum de defesa de Santa Maria da Feira. -----

No que respeita à Iniciativa Liberal, garantiu que estará sempre do lado das soluções que tragam mais desenvolvimento, mais qualidade urbana e mais oportunidades para o concelho, assegurando que não estão em causa interesses partidários ou particulares, mas sim a salvaguarda da melhor



Inacunha

qualidade de vida dos cidadãos. -----

Sublinhou que o documento que se encontra em discussão não é apenas um documento técnico, deve ser entendido como a base do território onde os filhos dos feirenses irão viver, no enquadramento das oportunidades a criar e com a responsabilidade assumida perante as próximas gerações, acrescentando que, o futuro, se constrói em conjunto. -----

Concluiu referindo que, para tornar o futuro do plano uma realidade, ainda há um caminho a percorrer, desejando que esse caminho seja trilhado com critério, sentido de responsabilidade, altruísmo e, sobretudo, espírito de colaboração, terminando por citar Pedro Abrunhosa, ao afirmar: “vamos fazer o que ainda não foi feito”. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Sandra Moutinho** (CH), que, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, questionou, em primeiro lugar, quantos pedidos de licenciamento existiam para a instalação de centrais fotovoltaicas no Concelho, incluindo novos e para onde estava prevista a instalação dos mesmos. -----

De seguida, referiu que foi aprovada, na reunião de Câmara, realizada no dia 15 de dezembro, com o voto contra do vereador do partido Chega, a contratação de serviços para a elaboração do projeto do denominado túnel da Cruz, pelo valor aproximado de 700 mil euros, acrescido de IVA. Questionou se o Sr. Presidente pode indicar, a esta Assembleia e aos feirenses, os prazos expectáveis para a execução da obra, incluindo a sua conclusão, bem como a alternativa ao trânsito no decurso dos trabalhos. ---

Questionou ainda quantos e quais os edifícios públicos existentes no Concelho com telhas de fibrocimento. -----

Por fim, perguntou se o Sr. Presidente já ordenou, conforme foi solicitado na reunião de Câmara de 9 de fevereiro, a vedação dos acessos aos balneários da abandonada pista de atletismo de Sanfins, onde, segundo referiu, têm ocorrido episódios de prostituição e consumo de droga, sublinhando tratar-

↑
R.
Anacleto



se de uma situação urgente.-----

Interveio a deputada municipal **Carla Pinto** (PS) a qual aludiu a duas situações que lhe foram reportadas por pais, encarregados de educação e por professores de Educação Física da Escola Básica Fernando Pessoa.-----

Referiu assim que o pavilhão desportivo apresenta um estado de degradação progressivo e alarmante, salientando que a cobertura evidencia uma deterioração acentuada, que as bancadas se encontram igualmente degradadas e que, desde novembro último, o piso permanece inundado devido a infiltrações provocadas pelas condições meteorológicas adversas, acrescentando que dispõe de fotografias e vídeos comprovativos.-----

Recordou que a escola foi inaugurada em setembro de 2014, tratando-se, portanto, de um equipamento recente, mas que estas circunstâncias impossibilitam a utilização do pavilhão para as aulas e treinos no âmbito do desporto escolar, tendo os alunos, em alternativa, e desde novembro de 2025, a frequentar aulas teóricas e aulas de dança.-----

Sublinhou que esta situação suscita preocupações pedagógicas, particularmente, para os alunos que pretendam prosseguir estudos na área do desporto, uma vez que ficam privados das condições adequadas para a sua formação, para além, do natural agravamento do sedentarismo entre crianças e jovens, reconhecido como um fator de risco significativo para a saúde pública.-----

Referiu também que, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, compete à Câmara Municipal assegurar a manutenção e reparação dos edifícios escolares, lembrando que o direito à educação, consagrado constitucionalmente, implica o acesso a instalações escolares dignas e adequadas ao desenvolvimento integral dos alunos, incluindo a componente de educação física e desportiva.-----

Nesse sentido, solicitou ao executivo municipal que informasse a Assembleia sobre o estado atual do processo de intervenção no referido pavilhão, o



João Cunha

calendário previsto para a realização das obras necessárias e as soluções temporárias que estariam a ser equacionadas para garantir aos alunos condições de prática desportiva, durante o período das obras. Considerou tratar-se de uma questão urgente, que não pode continuar a ser adiada, defendendo que os jovens merecem e têm direito a condições dignas para o seu desenvolvimento físico e educativo. -----

Acrescentou, uma segunda questão, relativa à mesma escola, igualmente geradora de grande preocupação na comunidade escolar, relacionada com a insuficiência de assistentes operacionais no estabelecimento de ensino. Explicou que essa carência tem repercussões que ultrapassam as questões meramente administrativas, envolvendo matérias de segurança dos alunos, dos professores e de toda a comunidade educativa, comprometendo até a vigilância adequada dos espaços escolares, a supervisão dos alunos nos intervalos, em particular dos alunos portadores de deficiência, o apoio em situações de emergência e o funcionamento normal da escola, exemplificando com a limitação do acesso à biblioteca durante a hora de almoço. -----

Para ilustrar a gravidade da situação, recordou que as reuniões com encarregados de educação para entrega das avaliações, calendarizadas para o dia 4 de fevereiro, foram realizadas em moldes diferentes dos habituais, porquanto, apenas foram recebidos presencialmente aqueles que, previamente, confirmaram a presença, face ao reduzido número de assistentes operacionais e à elevada afluência prevista. -----

Considerou que este constrangimento, embora compreensível do ponto de vista da gestão escolar, evidencia uma situação preocupante, na medida em que revela uma escola sem recursos humanos suficientes para acolher os encarregados de educação. Salientou que, se essa é a realidade numa reunião previamente planeada, se deveria refletir sobre a capacidade de resposta da escola nas situações do quotidiano que exigem vigilância, apoio e intervenção dos assistentes operacionais. -----

Handwritten signature and initials



Recordou que a gestão do pessoal não docente é da competência municipal, conforme previsto no citado diploma legal, bem como questionou sobre o rácio atual de assistentes operacionais, por aluno, na Escola Fernando Pessoa e respetivo cumprimento legal. Questionou, igualmente, quantos assistentes operacionais se encontram, atualmente, em falta naquele estabelecimento de ensino e que medidas estão a ser tomadas ou previstas para colmatar essa carência, bem como qual o calendário previsto para a contratação de novos assistentes operacionais. -----

Concluiu afirmando que a segurança dos alunos e o normal funcionamento das escolas não podem ser comprometidos pela falta de recursos humanos, apelando, por isso, à máxima resolução desta questão. -----

Interveio o membro **Paulo Pinto** (PSD), que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve:-----

“Quando falamos de política local, falamos de política com um impacto direto nas vidas das pessoas. E há duas áreas da política local em Santa Maria da Feira que merecem destaque e onde este município mostra uma afirmação clara: a cultura enquanto motor de economia e coesão e o livro enquanto instrumento de cidadania. -----

Assim, destaco a edição deste ano de Perlim que registou quase 100 000 entradas. Um número em linha com o ano anterior, mas com uma contextualização importante: em 17 edições, foi considerado o pior ano no que toca às condições climatéricas. Choveu em 10 dias do evento, ou seja, em cerca de 50% do período de funcionamento. -----

Manter praticamente a mesma participação de anos anteriores é uma prova da solidez deste evento e da sua capacidade de atração. -----

Destaco também o sucesso crescente do Mercado de Natal no Rossio. O Município recebeu o maior número de candidaturas de sempre. Cresceu em espaço, cresceu em número de operadores e o feedback recolhido junto dos mesmos foi claro: foi o melhor ano do Mercado de Natal em termos de volume



i. f.
R.
João Cunha

de negócio.-----
Outro elemento distintivo na edição passada foi o espetáculo de drones: gratuito, inovador, que atraiu milhares de pessoas ao centro da cidade. Uma mostra de que o Perlím sabe reinventar-se e incorporar novas tecnologias sem perder a sua identidade.-----
Perlím consegue tudo isto sem perder a essência: forte participação de operadores locais, grupos culturais e associações do concelho, tanto nos espetáculos âncora como nas dinâmicas do recinto, e agora com a integração do Mercado Municipal, criando uma dinâmica 360° de oferta integrada no centro da cidade.-----
Perlím é hoje um caso sério de identidade e projeção externa do Concelho. - Parabéns a todos os que contribuem para o sucesso deste evento.-----
E, se Perlím projeta Santa Maria da Feira para fora, a nossa Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira afirma-nos internamente como uma comunidade que investe seriamente no conhecimento.-----
Os dados oficiais da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) relativos a 2024 mostraram que a Biblioteca de Santa Maria da Feira foi a biblioteca com mais empréstimos de livros infantis e de adultos, mais empréstimos de audiovisuais, mais utilizadores ativos, mais bibliotecas itinerantes, e mais dias de abertura ao público.-----
E, olhando para a agenda da biblioteca municipal, vemos ainda sessões de cinema, exposições de pintura, o clube de tricot, a hora do Conto, clube de Leitura para Pais e Filhos, o Clube de gastronomia, entre outros.-----
Estes números mostram uma política pública eficaz e de coesão do território. E, sobre isto, uma nota: Uma comunidade que lê é uma comunidade que pensa. E uma comunidade que pensa está melhor preparada para distinguir informação de manipulação.-----
Num tempo marcado pela proliferação de fake news, desinformação digital e conteúdos manipulados por ferramentas tecnológicas cada vez mais sofisticadas, a literacia é uma ferramenta de defesa da democracia.-----

Ino Cunha



Uma população instruída, habituada à leitura, ao pensamento crítico e ao confronto de ideias, é menos vulnerável à mentira e mais exigente com quem exerce ou quer exercer funções públicas. -----

Assim, a Biblioteca Municipal não é apenas um espaço de leitura e cultura, mas é também um instrumento de fortalecimento da democracia. -----

Parabéns a quem trabalha na e com a biblioteca, parabéns ao pelouro que tutela a biblioteca e parabéns aos feirenses que escolhem a literacia como instrumento de liberdade.”-----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que, em relação ao projeto Capital Concelhia da Cultura, questionou se, em 2026, existirá novamente o projeto que foi, nas palavras do Sr. Presidente, um sucesso, comentando que ele próprio e o grupo municipal do PS também assim o consideram. Questionou ainda porque é que, a manter-se, não foi corrigido um erro do ano passado, que foi colocar a candidatura já em 2026, fazendo notar que, estando já a decorrer o ano, tal situação acabará por castrar três, quatro ou cinco meses de atividade. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) tomou a palavra para apresentar uma proposta, dizendo que não a submeteu por escrito, mas que tal seria feito, caso a Mesa assim o entendesse, porém, face ao seu teor, considera que até deveria partir da própria Assembleia Municipal. -----

Explicou, assim, que o proposto se prende com a apresentação de um agradecimento público ao até então Presidente da Unidade Local de Saúde de Entre o Douro e Vouga e do Hospital de São Sebastião, que cessou funções naquela unidade, para assumir responsabilidades noutra unidade de saúde do país. -----

Assinalou que essa saída ocorre sem que esteja ainda clarificado quem assumirá a sua substituição, sublinhando que os grandes desafios na área da saúde não se compadecem com instituições sem liderança definida. Disse



João Cunha

considerar que a Assembleia Municipal, em representação do Município, deveria reconhecer os 11 anos de liderança, do Dr. Miguel Paiva, à frente do Hospital de São Sebastião, do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga e da Unidade Local de Saúde, através da aprovação de um voto de louvor e de agradecimento.-----

Referiu que o Dr. Miguel Paiva atravessou vários governos, em contextos de grande adversidade, bem como um conjunto de transformações de políticas públicas na área da saúde, as quais beneficiaram o Concelho e a comunidade.-----

Concluiu afirmando que, caso se entendesse que a iniciativa deveria ser formalizada pelo grupo municipal do PS, assim se procederia, caso contrário, propunha que a própria Assembleia Municipal assumisse o voto de louvor e de agradecimento ao Dr. Miguel Paiva, pelos serviços prestados ao longo de 11 anos no Hospital de São Sebastião, no Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga e, mais recentemente, na Unidade Local de Saúde no Concelho. ---

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, dizendo que tentaria responder na medida do conhecimento de que dispõe, no momento, acrescentando que, caso tal não fosse suficiente, seriam, posteriormente, facultadas informações adicionais aos senhores deputados municipais.-----

Relativamente à intervenção da Iniciativa Liberal, manifestou o seu agradecimento pela intervenção efetuada, especialmente, sobre o PDM. Referiu que o mesmo se encontra, atualmente, em discussão pública, sendo alvo de amplo debate, tal como a lei determina e com todo o sentido, incluindo nesta Assembleia Municipal, que o apreciará na fase final.-----

Independentemente disso, manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal, da senhora vereadora e dos serviços técnicos para, à semelhança do que já foi feito com os senhores vereadores, prestar esclarecimentos a qualquer grupo municipal que pretenda colocar dúvidas ou aprofundar



Inclusão

alguma questão com maior detalhe e tempo.-----

Clarificou que o nível de investimento, previsto no citado instrumento, de cerca de 80 milhões de euros, está associado a uma estratégia que visa completar infraestruturas da rede viária municipal. Esclareceu ainda que, este valor, foi definido para garantir a existência de solo com capacidade construtiva, tanto para a industriais como para particulares. Assim, referiu tratar-se do compromisso de investimento que a Câmara entendeu ser possível assumir, atendendo aos impactos orçamentais que surgem à medida que os projetos vão sendo cabimentados. Acrescentou que seria desejável que um investimento maior, preferencialmente, através de investimento privado, mais do que por via do investimento dos contribuintes de Santa Maria da Feira. Sublinhou que a Câmara foi prudente e cautelosa, de modo a não colocar em risco o equilíbrio orçamental municipal. Finalizou, dizendo que esta discussão continuará e reiterou a disponibilidade da Câmara Municipal, para o efeito. -----

No que concerne às perguntas colocadas pela deputada do partido Chega, esclareceu que existem dois pedidos de centrais fotovoltaicas em São João de Ver, um em Romariz e dois na zona de Escapães-Sanfins, mais precisamente, na encosta entre as duas freguesias. Participou que apenas um deles se encontra pendente nos serviços municipais, os restantes estão concluídos, sendo que dois foram alvo de decisões de rejeição pela Câmara Municipal e de recurso para o Tribunal Administrativo e Fiscal. Em síntese, indicou que, neste momento, e salvo alguma imprecisão que a senhora vereadora pudesse corrigir, não existe nenhuma central fotovoltaica licenciada no município de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente aos projetos das obras de construção do túnel e às restantes intervenções previstas, informou que foi efetuada a adjudicação e que, a partir do momento, em que o contrato for assinado com a equipa de projetistas, esta dispõe, salvo erro, de 385 dias para a execução do projeto, comentando que o processo é público e consultável na Internet. Acrescentou



Ino Cunha

que a questão do trânsito, durante a execução da obra, foi considerada particularmente pertinente, daí a inclusão, no caderno de encargos, de uma obrigação para que os projetistas apresentem alternativas que garantam a fluidez do tráfego. Indicou que essa foi, aliás, uma das maiores dificuldades sentidas na primeira adjudicação, dada a complexidade de definir as soluções de circulação, durante a obra. -----

Sobre o tema dos edifícios públicos com fibrocimento, referiu não dispor, de momento, de informação detalhada, podendo, posteriormente, confirmar os dados. Ainda assim, indicou que, no que respeita a edifícios de propriedade municipal, os problemas foram resolvidos, salientando que a situação mais crítica se verificara nas escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar. No entanto, com a transferência de competências na área da Educação e passagem para a esfera municipal das escolas do 2.º e 3.º ciclos, existem, atualmente, duas ou três escolas com esse problema, nomeadamente, em corredores, cuja resolução foi já definida como prioridade. Sublinhou que se trata de uma situação recentemente transferida para a responsabilidade municipal. -----

Relativamente à pista de atletismo de Sanfins, referiu que, após a aprovação da primeira alteração ao orçamento municipal, com a incorporação do saldo de gerência, será lançado o concurso para encontrar o empreiteiro que fará a requalificação da pista de atletismo. Informou ainda que foi estabelecido contacto com as forças de segurança, que assumiram o compromisso de reforçar a fiscalização daquela área. Acrescentou que ainda não foi possível proceder ao encerramento do espaço, apesar de esse compromisso ter sido assumido em reunião de Câmara, devido ao envolvimento das brigadas operacionais municipais nas intervenções relacionadas com as tempestades recentes, situação que foi priorizada. -----

Respondendo às questões colocadas pela deputada Carla Pinto, explicou que o pavilhão da EB 2,3 Fernando Pessoa foi fortemente afetado pela tempestade Cláudia, que provocou fissuração e o rompimento da tela de impermeabilização em toda a cobertura, consequência da intensa queda de



granizo. Informou que, na altura, os serviços técnicos procederam à análise e identificação das patologias, tendo sido solicitado à equipa projetista do pavilhão a indicação da solução adequada para resolver o problema, tendo sido propostas duas soluções bem como procedimentos necessários para a execução da obra. -----

Esclareceu que a intervenção será realizada em duas fases, uma primeira fase, de carácter paliativo, consistirá na aplicação de uma pintura de poliuretano para tapar os buracos existentes e permitir uma reparação pontual, e a segunda fase, corresponderá à aplicação de uma nova cobertura. Referiu que, entre estas duas intervenções, está previsto um intervalo de 185 dias, conforme previsto no procedimento. Indicou ainda que, a primeira fase, não iniciou por exigir, tecnicamente, uma semana consecutiva de boas condições meteorológicas, e que a segunda fase, ocorrerá, idealmente, durante o período de interrupção letiva.-----

Assim, explicou que, quando se verificarem sete a oito dias sem chuva, será realizada a intervenção paliativa na cobertura e, posteriormente, a recuperação do piso do pavilhão. -----

Relativamente à questão dos rácios de assistentes operacionais, referiu que solicitará informação aos serviços educativos, dada a ausência da senhora vereadora responsável, na sessão. Indicou que, até ao momento, a informação de que dispunha relativamente à EB 2,3 Fernando Pessoa apontava para o cumprimento dos rácios legalmente previstos, sendo as diferenças normalmente causadas por situações de baixa médica. Aproveitou ainda para esclarecer que o município dispõe de uma bolsa de substituição destinada a responder rapidamente a faltas e situações similares, embora essa bolsa não possa ser utilizada em casos de baixa médica. Referiu que, apenas no último ano, foram colocados mais de 120 assistentes operacionais nas escolas do concelho, admitindo que possa ocorrer algum problema momentâneo, mas não estrutural. Disse que, caso exista, sempre será resolvido, dado que a Câmara dispõe de uma bolsa



J
R
maçanha

significativa que permite reforçar e aumentar os rácios exigidos por lei. Ainda assim, informou que irá solicitar esclarecimentos à senhora vereadora da Educação sobre a situação referida pela senhora deputada. -----

Agradeceu também as intervenções do deputado Paulo Pinto, que apresentou uma síntese do que foi o Perlim, o Mercado de Natal e o espetáculo âncora dos drones, bem como da importância e do orgulho coletivo relativamente à Biblioteca Municipal. Recordou que, em termos de políticas culturais municipais, a primeira política pública que deve existir é a política do livro e da leitura, área que, segundo referiu, se encontra bem consolidada, há mais de 25 anos, com excelência. Nesse sentido, transmitiu também os cumprimentos da Câmara Municipal a todos os profissionais da Biblioteca Municipal. -----

Relativamente à Capital Concelhia da Cultura, de que falou o membro Marco Gonçalves, informou que a iniciativa será mantida, esclarecendo que as candidaturas decorrerão entre 13 de março e 13 de abril, e que a execução das iniciativas ocorrerá no segundo semestre do ano. Acrescentou que, recentemente, ocorreu uma mudança na composição da Câmara Municipal, nomeadamente, no pelouro da Cultura, considerando consensual que o titular que assumiu funções possa analisar e acompanhar todos os dossiês desta área. -----

Por fim, relativamente à Unidade Local de Saúde, referiu que, independentemente de já ter ocorrido ou não a tomada de posse nas novas funções, a Câmara Municipal se associa ao voto de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Dr. Miguel Paiva, destacando os projetos que deixa iniciados ou em fase avançada de preparação, de forma a garantir a sua continuidade. Sublinhou ainda que, apesar da necessidade permanente de atenção relativamente ao hospital, a realidade local esteve distante de situações mais difíceis verificadas noutras regiões do país. Destacou, como exemplo, o investimento em curso no Hospital de São Sebastião, nomeadamente, na criação do edifício dedicado à saúde mental. -----





Concluiu referindo que está previsto que o hospital continue a ganhar escala e importância em toda a região, sustentado na excelência dos seus profissionais, motivo pelo qual a Câmara Municipal se associa com gosto a este reconhecimento. Por fim, salientou que a relação mantida com a Unidade Local de Saúde tem sido marcada por proximidade, parceria e capacidade de resolução de problemas. -----

Saiu o membro Daniel Gomes. -----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia**, relativamente à proposta de voto de louvor e agradecimento ao Dr. Miguel Paiva, apresentada pelo Partido Socialista, disse que o voto poderia, eventualmente, ser formalizado para a próxima sessão da Assembleia Municipal, mas é entendimento da Mesa, com a concordância de todos, submetê-lo desde já a votação, ao qual se associa também a Câmara Municipal. -----

- Voto de Louvor e Agradecimento ao Dr. Miguel Paiva, Presidente do Conselho de Administração da ULSEDV-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor (PSD:39, PS:13, CH:4, IL, IND), aprovar o voto de louvor e agradecimento em referência.-----

Saiu o membro Minervina Rocha.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 - Atas:-----

- Ata N.º 4 - Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025-----

- Ata N.º 5 - Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 2026-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente



Ina Cunha

disponibilizadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não participam na sua votação. -----

- Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Carlos Seixas, Paulo Pinto, Rodolfo Castro, Rui Rios, Domingos Florim, Wilson Pereira, Joaquim Santos, Sónia Gomes, Marta Costa, Hernâni Costa, Maria Silva, Sara Portal, Cristina Tenreiro e Idalina Maia. -----

- Ata N.º 5 – Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 2026 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Raquel Andrade, Mário Jorge Brito, Wilson Pereira, Sónia Gomes, Marta Costa, Hernâni Costa, Maria Silva, Sara Portal e Idalina Maia. -----

Reentrou o membro Daniel Gomes. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 2546, em 12/02/2026, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao I Relatório de 2026, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da

hacumb



palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da informação em referência.-----

Reentrou o membro Minervina Rocha. -----

3 – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, fazendo alusão ao regimento distribuído, que assinala as alterações face ao regimento em vigor, aprovado em 17 de fevereiro de 2023 – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. - Referiu que as alterações não são muito significativas, tratando-se de alguns ajustamentos de pormenor, indicando que essas alterações se relacionam, designadamente, com o número de presidentes de junta de freguesia (artigo 1.º), por se tratar de uma questão objetiva; com a correção de uma gralha num dos artigos (alínea q) do artigo 8.º), que referia sessões extraordinárias e ordinárias quando deveria referir apenas ordinárias; e com a introdução da possibilidade de a votação ser realizada através de mecanismos eletrónicos, embora ainda não esteja operacional, tendo sido prevista essa possibilidade pelo facto de o regimento estar a ser alterado (alínea c) do artigo 38.º). Acrescentou ainda que foi abordada a questão do local de realização das sessões (artigo 10.º), uma vez que no regimento constava a Biblioteca Municipal, tendo sido feita a alteração no sentido de passar a constar o Europarque, sem prejuízo de a assembleia poder realizar-se noutra local, possibilidade que já se encontrava prevista na versão ainda em vigor. Concluiu dizendo que, de forma sintética, são estas as alterações propostas.

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que referiu que intervinha para colocar, no centro do debate, o próprio funcionamento da Assembleia Municipal, porquanto, entende que um órgão que pretende ser



Inalvenha

moderno, transparente e próximo de quem representa não se pode resignar a normas que, na prática, dificultam a participação cívica e o trabalho de fiscalização dos eleitos locais. -----

Relativamente à antecipação da intervenção do público, referiu que o regimento, atualmente, determina, no seu artigo 21.º, que o período de intervenção do público ocorre apenas no final de cada sessão. Disse que esta disposição acaba por condenar os munícipes que pretendem usar da palavra a esperarem várias horas para serem ouvidos por uma Assembleia já exausta. Nesse sentido, indicou que o grupo municipal do Chega propõe que esse período passe a ocorrer antes da Ordem do Dia, por entenderem que ouvir as preocupações dos cidadãos no início dos trabalhos, não é apenas um sinal de respeito, mas, também, uma forma de informar e contextualizar os debates que se seguem sobre as propostas em votação. -----

Abordou ainda a questão da disponibilização de documentação, referindo que a eficácia da fiscalização depende da qualidade da informação. Recordou que o n.º 3 do artigo 17.º, prevê que a ordem do dia seja entregue com apenas dois dias úteis de antecedência, questionando como é possível analisar de forma rigorosa alterações orçamentais complexas, ou dossiês urbanísticos extensos, em quarenta e oito horas. Acrescentou que, o regimento das reuniões da Câmara, para o mandato 2025-2029, no ponto 2 do artigo 4.º, já prevê que os documentos estruturais relativos às grandes opções do plano, ao orçamento municipal, aos relatórios de atividades ou de prestações de contas sejam disponibilizados a todos os membros, com quatro dias úteis de antecedência, considerando existir, assim, uma discrepância relativamente ao que sucede na Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que referiu ter sido consensualizado, em reunião da Comissão Permanente, apresentar apenas uma proposta, já que não faria sentido apresentar duas ou três propostas, uma vez que o resultado estaria definido à partida. -----



Acrescentou que aquilo que estava em apreciação corresponde a um mínimo denominador comum, porquanto, existe concordância geral relativamente às citadas atualizações, designadamente, quanto aos atuais 28 presidentes de junta, quanto ao local de realização, e, ainda, quanto à possibilidade de votação pela via eletrónica, através da aplicação prevista para o efeito. -----

No entanto, e tal como referido pela representante do Chega, afirmou que também o PS entende que o público deveria participar no início das sessões, porque, ao remeter o mesmo para o final das sessões se está a criar um obstáculo à sua participação, constituindo uma forma de a dificultar e, conseqüentemente, de diminuir a democracia participativa. Justificou esta posição, salientando que não é a mesma coisa participar às 20h30 ou às 21h00, à meia-noite ou à uma da manhã, razão pela qual o PS defende que essa intervenção deveria ocorrer no início das sessões. -----

Referiu ainda que, no entendimento do PS, deveria ainda constar do regimento a possibilidade de as taxas e os impostos municipais serem votados na sessão de setembro ou, na impossibilidade de tal acontecer, até por motivos eleitorais, numa sessão extraordinária a realizar sempre antes da última sessão do ano. Considerou tratar-se de uma solução de “mediano entendimento” porque quem elabora o orçamento precisa de saber previamente quais são as taxas e os impostos, bem como os recursos com que poderá contar para a sua construção. -----

Acrescentou que essa tem sido a prática seguida pelo município ao longo de mais de vinte anos, por se tratar de uma solução de bom senso. No entanto, uma vez que a lei não o impõe, entendeu que deveria ser “cristalizada”, por inclusão no regimento, apesar da discordância dos elementos do PSD com esta proposta, por entenderem, que o executivo não deve ser privado da liberdade de decidir quando o fazer. Manifestou a sua oposição relativamente a essa posição, defendendo que a Assembleia também tem a função de limitar, em certa medida, a atuação do executivo municipal, na lógica de pesos e contrapesos própria do funcionamento institucional. -----



João Cunha

Salientou que o grupo municipal do PS não concorda com isso e que o resultado da votação é conhecido à partida, finalizando com a expressão “*é isto que temos*”. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou pelo processo de negociação, manifestando o seu agradecimento aos colegas da Comissão Permanente, salientando que, o que tinha sido referido por Daniel Gomes corresponde, em grande medida, ao que aconteceu. Acrescentou que a expressão “*é isto que temos*”, utilizada pelo mesmo, corresponde, na sua perspectiva, ao funcionamento da própria democracia, sublinhando que não se trata de algo de menor importância, mas sim de algo com valor significativo. Acrescentou ainda que, tal como também tinha sido referido, é igualmente na discordância que existe ganho, porquanto, embora discordem em várias matérias, também concordarão em muitas outras. -----

Relativamente à questão da intervenção do público, referiu tratar-se de um tema que tem sido discutido e abordado em sede da Comissão Permanente, recordando que aquando das recentes eleições autárquicas, a matéria foi amplamente debatida e que o PSD manteve a posição de não alterar o momento da intervenção do público. -----

Sublinhou que o resultado eleitoral foi o que foi e que, nessa medida, não se trata de “*é isto que temos*”, pois, o PSD está a cumprir e a respeitar a vontade dos feirenses, o que, no seu entendimento, é extremamente importante. ----

Concluiu referindo que, caso o PS tivesse vencido as eleições, também o PSD estaria a respeitar a vontade popular, pois quando não se fizer isso estar-se-á a viver, num sítio onde nunca quererá viver, que é numa ditadura. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:39, PS:3, IL, IND) e 15 abstenções (PS:11, CH:4), aprovar as alterações, nos termos propostos, ao Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 17

A
R



de fevereiro de 2023, procedendo à respetiva republicação. -----

Saiu o membro *António Cardoso*. -----

4 - Relatório de Atividades de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o e-mail, registado sob o n.º 1949, em 30/01/2026, remetido pela Sra. Presidente da Comissão em referência, o qual anexa o documento em referência – oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Deu nota que, no final do mandato anterior, ocorreu uma reunião entre membros da CPCJ e a então Comissão Permanente da Assembleia Municipal, e que, nessa reunião, entre outras questões, foi apresentado um relatório que corresponderia parcialmente ao agora distribuído. Referiu que, depois dessa reunião, houve alteração dos membros da CPCJ, os quais iniciaram recentemente funções, razão pela qual a atual Comissão Permanente entendeu ser prematuro dar sequência às reuniões com a CPCJ, mas que fará daqui a algum tempo. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que alertou para o facto de se registarem um total de 325 processos ativos no citado relatório, acrescentando que, naturalmente, todos gostariam que aquele número fosse zero, atendendo à natureza da matéria. -----

Indicou ainda que, do que apurará junto da CPCJ, a responsabilidade do Município, encontra-se assegurada, o que deve ser registado, porquanto este tem feito tudo, dentro das suas atribuições, para o bom desempenho e melhoria do serviço da CPCJ. Realçou que, sendo essa uma preocupação de todos, quer deixar esta nota, porque entende ser de o saudar. -----

Concluindo, expressou a expectativa de que o número referido venha a



J
R.
João Cunha

diminuir e, naturalmente, que tais situações, que idealmente não deveriam existir, se tornem cada vez menos frequentes. -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que começou por referir, sobre o assunto em apreço, que, durante o ano de 2025, foram registados 768 processos no total. Indicou que a maioria das crianças e jovens acompanhados se situa nos escalões etários dos 11 aos 14 anos, com 159 jovens, e dos 15 aos 17 anos, com 171 jovens. No total, tinham sido acompanhadas 651 crianças e jovens, sendo a maioria do sexo masculino, num total de 375. -----

Observou que o elevado número de processos é um sintoma de que as políticas de prevenção primária do Município podem estar a falhar, evidenciando, ainda, um volume considerável de casos de violência doméstica e de negligência. Nesse sentido, questionou o que está a Câmara a fazer, em termos de habitação e de apoio social direto, para evitar que as famílias cheguem a um ponto de rutura antes da intervenção da CPCJ. -----

Alertou ainda para o facto de se verificar um pico de sinalizações na adolescência, o que, no seu entendimento, revela uma falha na articulação entre as escolas e os serviços de Juventude do Município. Questionou, por isso, quais são os programas de ocupação de tempos livres e de reforço da psicologia escolar, a aplicar antes desses jovens entrarem no sistema de proteção. -----

Acrescentou que a taxa de reabertura de processos lhe suscita preocupação, por considerar que tal pode significar que a intervenção realizada não foi eficaz na resolução definitiva das situações de perigo. Referiu que é necessário perceber se as instituições do concelho, para onde tais crianças são encaminhadas, dispõem de capacidade de resposta ou se fazem mera gestão do problema, sem o resolver. -----

Por fim, afirmou que o relatório constitui um alerta vermelho para a saúde mental dos jovens, questionando se o orçamento municipal para o próximo

A
R.



Inês Cunha

ano prevê um reforço real nesta área ou se se continuará a depender apenas da boa vontade dos técnicos da CPCJ para lidar com fenómenos complexos, como o *cyberbullying* e as questões relacionadas com a saúde mental. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS) que começou por fazer uma nota prévia, frisando que as comissões de proteção de crianças e jovens são instituições oficiais, não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos das crianças e dos jovens, bem como prevenir ou pôr termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, sendo, assim, a primeira linha de defesa das crianças e dos jovens e o garante da sua segurança e bem-estar.-----

Por esse motivo, considerou tratar-se de uma instituição a privilegiar e a defender, para que funcione o melhor possível, uma vez que protege diariamente as crianças. Acrescentou que, por essa razão, não podia deixar de manifestar alguma preocupação quanto ao tempo atribuído, três minutos, ao seu partido, para a discussão deste ponto, considerando-o manifestamente insuficiente. Defendeu que deveria ser atribuída maior importância ao tema, priorizando-o na ordem de trabalhos. -----

Passando à análise do relatório, afirmou que o lê com preocupação, salientando que quando uma Assembleia Municipal solicita um relatório à CPCJ, não espera um documento técnico, mas antes uma base onde se possa apoiar para criar políticas que previnam e protejam as crianças. Considerou que o relatório apresentado dificulta esse trabalho ao Município, uma vez que não permite uma leitura clara e simples, o que pode levar o executivo municipal, com toda a legitimidade, a afirmar que, com base nele, não consegue retirar um conjunto de políticas públicas a implementar para proteger as crianças.-----

Acrescentou que, a partir do relatório, não é possível perceber claramente se a CPCJ está a funcionar em pleno, nem quais são as problemáticas que



Incunha

afetam o Concelho, o que pode dificultar a tomada de medidas necessárias à melhoria de vida das crianças e jovens. Nesse sentido, numa perspetiva de facilitar o trabalho do Município, recomendou que relatórios futuros apresentem mais conteúdo, para além da componente técnica e dos dados estatísticos, refletindo de forma mais clara a realidade da instituição, de modo a permitir uma melhor análise.-----

Da análise possível do relatório, notou uma discrepância na distribuição de processos, por gestores, havendo uns com significativamente mais processos do que outros, o que poderá causar sobrecarga, dificuldades na gestão e na agilidade processual.-----

Outra questão que a preocupou foi a ausência de salas adaptadas para crianças, o que pode colocar em causa o seu bem-estar e condicionar a sua audição, sugerindo melhor articulação com a CPCJ, de forma a garantir que as crianças se sintam à vontade, seguras e protegidas quando se deslocam às suas instalações. Sublinhou que, como é compreensível, entrar numa sala com pessoas desconhecidas, para falar de situações muitas vezes relacionadas com a sua intimidade, pode ser particularmente aterrador, sobretudo para uma criança.-----

Referiu que Santa Maria da Feira, infelizmente, não constitui exceção no panorama nacional, existindo inúmeras crianças expostas a contextos de violência doméstica e casos de ideação suicida. Nesse sentido, recomendou a adoção de ações de sensibilização por parte do Município, no âmbito da importância da saúde mental e da atuação preventiva, contra a violência doméstica e contra a violência escolar. Defendeu que a atuação preventiva pode, muitas vezes, salvar vidas. -----

Acrescentou que a violência juvenil tem vindo a aumentar, bem como a ideação suicida, não sabendo se existe uma correlação direta entre estes fenómenos, registando que está nas mãos das entidades públicas proteger as crianças e os jovens. -----

Concluiu referindo que a Assembleia Municipal tem uma representante na

*A.
R.
Inacemba*



CPCJ, desconhecendo se esta usaria da palavra para prestar esclarecimentos, uma vez que o relatório não permite uma avaliação política suficientemente clara até para perceber que medidas o Município poderá adotar para salvaguardar as crianças e os jovens. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** referiu querer dar nota, dada a recorrente alusão aos tempos de intervenção, que a distribuição destes é acordada na reunião da Comissão Permanente e que, inclusivamente, para este ponto, chegou a colocar-se a hipótese de não atribuição de tempo, mas depois, acordaram fixar os 5 minutos, os quais são distribuídos pelos diferentes grupos partidários de acordo com a sua representatividade. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que realçou que o relatório é elaborado pelos técnicos da CPCJ de Santa Maria da Feira e enviado aos órgãos municipais, precisamente, para que esta o possam debater, interrogar e questionar, não sendo, contudo, uma responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Acrescentou que a Assembleia Municipal e a sua Comissão Permanente, pelo que percebera, já têm planeada a audição da responsável pela CPCJ, momento em que estas questões poderão ser mais escrutinadas, buriladas e reanalisadas. -----

Em termos gerais, afirmou que não se pode partir da análise deste relatório para criticar a Câmara Municipal, uma vez que se trata de fenómenos sociais com enquadramento nacional. Sublinhando, contudo, que, uma vez identificados os fenómenos, é importante perceber quais são os problemas para, posteriormente, atuar sobre eles. -----

Indicou ainda que, aquando da discussão da prestação de contas, poderá apresentar, de forma pormenorizada, a quantidade de projetos existentes na área social, desenvolvidos em parceria e em rede, bem como as ações de sensibilização realizadas e as formas de resposta adotadas para enfrentar



João Cunha

uma das principais preocupações referidas, designadamente a violência doméstica e a violência no namoro. Salientou que as novas gerações enfrentam um problema que importa resolver, atalhar e atacar, com o objetivo de reduzir os números e, idealmente, pôr termo às situações. -----

Referiu, também, que as CPCJ constituem um modelo que, do ponto de vista administrativo e funcional, é híbrido. Apelou a que o Estado se debruce verse sobre a matéria, porquanto, estas comissões dependem de uma Comissão Nacional, são protocoladas com as câmaras municipais e com diferentes ministérios, defendendo um outro formato, ou seja, a matéria é assumida plenamente pelo Estado, ou é entregue definitivamente aos municípios, uma vez que o atual modelo não resulta. -----

Deu como exemplo disso, o facto de a Segurança Social, que deveria cumprir escrupulosamente o estipulado por lei, disponibilizar apenas de 14 horas semanais, o que demonstra, na sua perspetiva, que o modelo não está correto, comparando com o Ministério da Educação que disponibiliza os meios legalmente previstos. -----

Assim, considerou que, se o Estado não tem capacidade de resposta, nesta valência, deveria entregar a responsabilidade aos municípios, até porque, na prática, estes acabam por se substituir àquelas entidades competentes, dado que, as crianças pertencem ao município. -----

Acrescentou que, como já havia sido referido, no ano anterior, foi identificado um problema, tendo a autarquia atuado, muito acima do que constitui a sua obrigação legal ou protocolar, mas em linha de conta do que é a responsabilidade geral de defesa e salvaguarda das crianças. -----

Em conclusão, e em jeito de reflexão, preferia que fosse atribuída à Câmara Municipal a responsabilidade integral neste domínio, hipótese em que seria criada uma unidade orgânica dedicada a garantir a resposta, reconhecendo, contudo, que esta discussão ultrapassa o âmbito do tema em debate. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente

Handwritten signature and initials



ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do relatório em referência. -----

5 – Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de fevereiro de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor (PSD:39, PS:13, IL, IND) e 4 abstenções (CH), aprovar o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do exercício de 2025, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Luís Filipe Soares. -----

6 – 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de fevereiro de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----



Handwritten initials and signature

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor (PSD:38, PS:13, IL, IND) e 4 abstenções (CH), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentraram os membros António Cardoso e Luís Filipe Soares. -----

7 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno sita na Rua da Zona Industrial, em Espargo, União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual cometeu à Sr.^a Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Mobilidade, **Ana Ozório**, a explanação do assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de fevereiro de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que começou por manifestar o seu acordo relativamente à desafetação, dizendo que esta é a função da Administração Pública, ou seja, de estar atenta, identificar situações que, por razões históricas ou administrativas, não se encontram regularizadas, procedendo à sua correção, de forma transparente e legal. -----

Acrescentou que, no caso, valoriza particularmente o trabalho articulado entre o ente público e o ente privado envolvidos, assegurando a legalidade.

Referiu ainda que a iniciativa pública e a iniciativa privada devem caminhar lado a lado, com base na confiança, na transparência e no respeito pela lei, defendendo que se deve continuar a reforçar a simplificação administrativa e a cooperação entre o setor público e o setor privado, criando um ambiente de segurança jurídica que favoreça o investimento, o desenvolvimento e o

Ana Cunha



crescimento sustentável do território, daí o acordo da IL. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por perguntar se a senhora vereadora Ana Ozório já tinha visitado o local. Afirmou que os documentos disponibilizados para análise, com vista à tomada de decisão sobre a desafetação, são insuficientes, para que essa decisão seja tomada com segurança e até com a devida salvaguarda de eventuais questões jurídicas. -----

Acrescentou que, por essa razão, tinha passado no local para perceber, por exemplo, os alinhamentos restantes daquela rua da zona industrial e, também, para identificar a que rampa se referiam os documentos. -----

A propósito da referência à estratégia de reabilitação urbana, solicitou que a senhora vereadora visitasse mesmo o local, referindo que tal estratégia certamente não se aplicaria apenas àquele edifício que necessita de licenciamento. Acrescentou ainda que, na sua perspetiva, não estaria em causa o uso de valências educativas, apesar de a senhora vereadora o ter referido, e que também não se conseguia perceber como se chegou ao ponto de, nesta desafetação, se afirmar que se trata de uma rampa e de uma escada. -----

Referiu ainda que a parcela em causa está afeta a passeio público pedonal e que, ao longo do tempo, certamente muita coisa terá falhado, sendo agora apresentado um processo desta natureza para proceder à sua correção. ----

Relativamente a um segundo ponto, mencionou que nos documentos consta a garantia de salvaguarda do interesse público, o que dava como certo. Contudo, solicitou que fosse feita uma comparação com os restantes edifícios já existentes no local e com o espaço de benefício do domínio público que estava a ser utilizado, designadamente, em alguns casos, para baias de estacionamento e, noutros, para esplanadas de estabelecimentos comerciais. -----

Colocou então a questão de saber se a desafetação daria origem a um



1. 4
R.
Inocência

processo de compra por parte do proprietário, e perguntou por que razão não tinham sido juntos todos os documentos relativos a esse procedimento de aquisição. Questionou o que estava efetivamente em causa com a alienação, bem como a forma e os moldes do processo de compra. Perguntou ainda se se iria votar naquele momento apenas a desafetação, ficando o processo de compra para momento posterior.-----

Referiu que, se o objetivo fosse o proprietário adquirir aqueles 59 metros quadrados, que, na sua perspetiva, deveriam pertencer ao domínio público, mas que agora aparentemente já não fazem falta, então deveria todo o procedimento constar já daquele processo e ser apresentado de forma transparente à Assembleia Municipal.-----

Por fim, colocou ainda uma última questão relacionada com os alinhamentos daquela rua, designadamente no que respeita ao passeio e aos espaços destinados a baias de estacionamento, perguntando se, em comparação com os restantes alinhamentos existentes, não se correria o risco de criar qualquer transtorno no alinhamento daquele eixo viário.-----

Concluindo aproveitou ainda para, no âmbito da referência à reabilitação urbana, deixar a nota que, mesmo ao lado daquele edifício, existe um prédio, há longos anos, em estado de abandono, situação que coloca em causa a segurança de pessoas, animais e bens.-----

Usou da palavra a **Sra. Vereadora Ana Ozório** que esclareceu, relativamente aos alinhamentos, que não estava em causa qualquer problema nesse âmbito. Explicou que existem dois conceitos de alinhamento, o alinhamento do arruamento e o alinhamento das fachadas, dando nota que, no caso do alinhamento do arruamento, o que é transposto para o desenho de alinhamento são as regras do PDM, designadamente, no que respeita ao perfil viário. Acrescentou que o alinhamento das fachadas também tem de cumprir mínimos, igualmente definidos nessas tabelas do regulamento do PDM.-----

A. R.
Azevedo



Indicou ainda que, neste caso concreto, se está perante um desenho urbano elaborado e aprovado na Câmara Municipal há cerca de 35 anos, numa altura em que esses regulamentos e normas ainda nem sequer existiam. Esclareceu que o desenho foi criado à época, pela equipa técnica, prevendo um passeio e um espaço público bastante generosos, com passeios de seis metros, razão pela qual, tal como foi referido, esse espaço é utilizado para esplanadas e outros usos. -----

Sublinhou que esse é precisamente o objetivo do espaço público, ou seja, permitir um conjunto de funções sociais que, neste caso, são possíveis devido à largura significativa do passeio, possibilitando que as atividades económicas existentes nos prédios possam usufruir desse espaço. -----

Concluiu, assim, que não existe qualquer constrangimento nem no alinhamento das fachadas, nem no alinhamento do arruamento, o qual cumpre plenamente os normativos atuais, tendo a informação técnica sido elaborada nesse sentido. -----

Referiu ainda que o recuo do prédio já estava previsto no desenho original e que, aquando do licenciamento do edifício, em 1992, salvo erro, esse recuo foi seguido. Esclareceu que se trata apenas de uma opção de composição do desenho urbano, não tendo tido outra origem ou justificação. -----

Acrescentou que, relativamente aos normativos atuais, quer dos regulamentos municipais quer dos regimes jurídicos, não existe qualquer constrangimento, e que sucede ao nível do desenho urbano e do modelo urbano. -----

Quanto ao procedimento em causa, explicou que o que é submetido à Assembleia Municipal corresponde às competências desse órgão, mais precisamente, a decisão sobre a afetação ou não afetação ao domínio público ou ao domínio privado do Município. Esclareceu ainda que a questão da venda será posteriormente objeto de decisão do órgão Câmara Municipal. --

Interveio a **Sra. Vereadora Sónia Azevedo** que referiu, para completar, que



hacunha

a questão de o processo vir à Assembleia se prende com o facto de a desafetação do domínio público para o domínio privado constituir uma competência da Assembleia Municipal. Acrescentou que a venda será, posteriormente, objeto de procedimento próprio, sendo que o terreno será alvo de uma avaliação externa, realizada por um perito externo, a submeter à apreciação da Câmara Municipal.-----

Explicou, assim, que não faria sentido trazer já à Assembleia uma intenção clara de venda, ainda que acompanhada da respetiva avaliação, uma vez que tal matéria não é da competência deste, desconhecendo, o sentido da pronúncia da Assembleia sobre a desafetação.-----

Relativamente ao edifício, em situação de abandono, sobre o qual a deputada Susana Correia se pronunciou, disse que o executivo tem também essa preocupação e que, por coincidência, nessa mesma semana, em articulação com o gabinete de desenvolvimento económico e com o departamento jurídico, seria iniciado o processo de reversão porque o edifício se encontra parado apesar dos sucessivos pedidos de prorrogação de prazos. Indicou que foram dadas todas as oportunidades ao promotor ou proprietário do edifício, ainda em fase de esqueleto, sendo agora o momento de avançar para a respetiva reversão. -----

Sairam, no decorrer da discussão deste ponto, os membros Cristina Tenreiro e António Cardoso.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:38, CH;4, IL, IND), 11 votos contra (PS) e 2 abstenções (PS), autorizar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município, da parcela, com a localização em referência, com a área de 59,00m², omissa na matriz e na Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira, à qual foi atribuído o valor de € 295,00, para efeitos



da Cunha

meramente registrais, caso não seja deduzida nenhuma reclamação e/ou sugestão, no período de 10 dias úteis, concedido para efeitos de participação pública dos interessados, no âmbito do procedimento e nos termos exarados da deliberação camarária em epígrafe.-----

Reentrou o membro Cristina Tenreiro. -----

8 - Afetação de área ao Domínio Público Municipal, sita no lugar de Monte Alegre, freguesia de Fornos, concelho de Santa Maria da Feira --

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de janeiro de 2026 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que começou por salientar que este processo se arrasta há pelo menos 20 anos, afirmando que o grupo municipal do PS não tem quaisquer dúvidas em votar o assunto favoravelmente, considerando tratar-se de uma mais-valia para a freguesia e para o Centro Cultural e Recreativo de Fornos.-----

Colocou, no entanto, a questão ao Sr. Presidente da Câmara sobre a possibilidade de vir a existir algum outro tipo de obra, que permita fazer a ligação da Rua do Centro Cultural à Travessa das Corgas, uma vez que isso permitiria que aquela estrada ficasse com princípio, meio e fim, e que o edifício tivesse o acesso que, no seu entender, já deveria ter. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, começando por agradecer o elogio implícito feito, ao ter sido referido que se trata de uma situação com 20 anos, a qual, entretanto, já se encontra em fase de obra. Referiu ser evidente que falta aquele pequeno troço e que se justificaria a sua abertura,



Inês Cunha

explicando, contudo, que o Município ainda não conseguiu obter o acordo do particular.-----

Acrescentou que, ainda assim, foi tomada a decisão de avançar com a obra, não a deixar pendente por mais anos, mantendo-se a expectativa de que, à primeira oportunidade, caso o acordo venha a ser alcançado, se possa fazer a ligação, que faz todo o sentido. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor (PSD:39, PS:13, CH:4, IL, IND), autorizar a afetação ao domínio público municipal do prédio, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1883.º da freguesia de Fornos, e na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1587, a favor do Município, atribuindo-lhe, para efeitos de registo, o valor de € 5.305,55, decorrido que foi o prazo de 10 dias úteis concedido aos interessados para apresentação de reclamações e/ou sugestões no âmbito do procedimento, nos termos preconizados na deliberação camarária supraidentificada. -----

9 – Proposta de listas de candidaturas ao Programa de Apoio à Recuperação do Património -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 26 de janeiro de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) referiu que, relativamente ao ponto em apreço, o grupo municipal do partido Chega observou um número reduzido de candidaturas, sendo que, dessas, apenas duas dizem respeito a juntas de freguesia, nomeadamente Paços de Brandão



e Romariz. Acrescentou que, assim, o partido Chega pretende perceber de que forma a Câmara Municipal está a apoiar tecnicamente as associações e as juntas de freguesia na elaboração dessas candidaturas. Perguntou ainda de que forma a Câmara vai fiscalizar a aplicação das verbas e se existe algum cronograma para evitar que as obras fiquem apenas no papel. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que esclareceu tratar-se de um aumento de 100 por cento em relação à situação anterior, uma vez que não existia, reforçando que se candidataram as juntas de freguesia que assim o entenderam e que dispõem da competência técnica necessária para o efeito. Disse ainda que a Câmara pode prestar informações e esclarecer dúvidas, mas que não é aconselhável que auxilie diretamente na elaboração das candidaturas. No que concerne à fiscalização, referiu que, como é habitual, a Câmara Municipal apenas efetuará pagamentos após a obra estar devidamente executada, sendo que os serviços de fiscalização se deslocarão ao local, da execução da obra e só após essa verificação será realizada a transferência de verbas para a respetiva junta de freguesia. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor (PSD:39, PS:13, CH:4, IL, IND), aprovar a atribuição de apoio às Freguesias no âmbito do Subprograma 1.3 – Freguesias, nos termos preconizados na deliberação camarária supraidentificada. -----

10 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de São João de Ver---

11 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Nogueira da Regedoura-----

12 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Fornos-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os



mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos a votação em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 26 de janeiro de 2026 e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que referiu que, no que respeita à freguesia de São João de Ver, a informação técnica é datada de 27 de março de 2025, mas que a deliberação camarária só ocorreu em 26 de janeiro de 2026, questionando como era possível que uma medida simples de segurança rodoviária, como a pintura de uma passadeira e a colocação de dois sinais junto a um parque infantil, demorasse dez meses a ser proposta. Salientou que, durante quase um ano, as crianças de São João de Ver estiveram expostas a riscos que a própria autarquia já identificara em março, acrescentando que a segurança das populações não pode ficar refém da lentidão burocrática. -----

No que respeita à freguesia de Nogueira da Regedoura, indicou tratar-se também de um pedido de uma junta de freguesia, datado de 30 de janeiro de 2025, sendo a informação técnica de 24 de abril de 2025, sendo a deliberação da Câmara de 26 de janeiro de 2026. Referiu que o pedido consiste na proibição de trânsito numa rua da freguesia, questionando quando estaria efetivada essa intervenção no terreno.-----

No que concerne à situação da freguesia de Fornos, afirmou que a informação técnica data de 14 de maio de 2025, mas que a deliberação da Câmara também só ocorreu em 26 de janeiro de 2026, questionando, igualmente, quando estaria efetivada a intervenção no terreno. -----

Concluiu dizendo que é entendimento do grupo municipal do partido Chega que existe uma excessiva morosidade burocrática por parte dos serviços, penalizadora para a população do Concelho.-----

Handwritten initials or signature.



Handwritten signature: *Amorim*

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que o Município dispõe de 1600 quilómetros de estrada, fazendo notar que Divisão de Rede Viária e de Trânsito (DRVT) responde, em média, a 12.000 e-mails por ano, isto apenas sobre comunicações por correio eletrónico. -----

Em segundo lugar, esclareceu que a aplicação no terreno das alterações depende da aprovação na Assembleia Municipal, sendo necessário que fossem ali aprovadas para que pudessem ser executadas. -----

Relativamente à questão da segurança, remeteu para as disposições genéricas do Código da Estrada, nomeadamente, sobre o comportamento que um cidadão deve adotar perante a sinalização, a iluminação e a proximidade de um parque infantil, considerando que nelas se encontra a resposta quanto ao cuidado a ter pelas pessoas. -----

Seguidamente, submetidos os pontos, separadamente, a votação, verificaram-se os seguintes resultados:-----

10 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de São João de Ver -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor (PSD:39, PS:13, CH:4, IL, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na Rua 12 da Urbanização Quinta do Arieiro, nos termos da deliberação camarária de 26 de janeiro de 2026. -----

11 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Nogueira da Regedoura
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor (PSD:39, PS:13, CH:4, IL, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações nas seguintes vias: Rua de São Tomé, Rua do Caramulo, Rua Zeca Afonso, Avenida do Tapadinho e Rua da Pitança, nos termos da deliberação camarária de 26 de janeiro de 2026. -----

12 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Fornos-----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

(PSD:39, PS:13, CH:4, IL, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações nas seguintes vias: Rua do Monte, Travessa do Monte e rua sem denominação oficial entre a Rua das Lavouras e a Rua da Igreja, nos termos da deliberação camarária de 26 de janeiro de 2026. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A Sra. Presidente da Assembleia, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência das seguintes inscrições: -----

1 – Raquel Almeida -----

Assunto: Ruído noturno persistente no café All Together Bar, em Lourosa, verificada desde abril de 2025, em zona sensível predominantemente habitacional, sem resolução por parte do Município, e que afeta diretamente o descanso e saúde de uma criança de três anos. -----

2 – Maria Miguel Sá -----

Assunto: Pelouro da Educação - Escola EB1 Feira: leite escolar e suspensão das aulas TIC. -----

3 – Manuel Francisco Pereira -----

Assunto: Alinhamentos na rua de Chão da Pedra – Travanca. -----

4 – Cláudia Marinha Pereira -----

Assunto: Alinhamentos na rua de Chão da Pedra – Travanca. -----

Informou que, nos termos regimentais, cada munícipe tinha cinco minutos de intervenção, numa intervenção única. -----

Posto isto, feita a chamada da primeira munícipe, Raquel Almeida, verificou-se que não se encontrava presente. -----

De seguida, interveio a munícipe **Maria Miguel Sá**, que referiu ter duas questões a colocar no âmbito das competências do Município na área da educação, já colocadas por e-mail, mas cujas respostas foram insuficientes. Disse que a primeira questão tem a ver com o leite escolar, salientando que,



Inclunha

durante mais de um mês, crianças do 1.º ciclo, no qual se inclui o seu filho, estiveram sem fornecimento de leite escolar, na sequência de incumprimentos do fornecedor contratado, segundo lhe foi transmitido. Afirmou compreender que possam existir falhas contratuais por parte de entidades privadas, mas que não pode compreender que, não obstante a obrigação legal de fornecimento ser semanal, o Município, que assumiu a responsabilidade de assegurar este serviço, não tenha acautelado mecanismos alternativos que evitassem uma interrupção tão prolongada. -- Colocou, assim, a questão de forma direta sobre que mecanismos de contingência estavam previstos para garantir a continuidade do fornecimento, em caso de incumprimento contratual, por que razão não foram acionados outros mecanismos atempadamente e que garantias podem dar aos pais de que tal situação não voltará a ocorrer. -----

Em segundo lugar, relativamente ao programa de competências digitais, robótica e programação, referiu que, no início do ano letivo, foi apresentada às famílias uma planificação da atividade até ao final do ano escolar, e não do ano civil, contudo, a atividade foi abruptamente interrompida no início do presente ano, dado que a sua continuidade dependia do financiamento do PRR, o qual teria terminado, em dezembro de 2025. -----

Questionou assim que, sendo o término do financiamento previamente conhecido, por que razão foi comunicada uma calendarização anual, entendida como coincidente com o ano letivo, tendo sido criadas expectativas junto das crianças e das famílias que não correspondiam ao período efetivo de execução. -----

Concluindo, questionou ainda se existiu alguma alteração contratual ou de financiamento, ou se ocorreu falha de articulação entre o Município e os agrupamentos envolvidos. -----

De seguida, feita a chamada dos munícipes Manuel Francisco Pereira e Cláudia Marinha Pereira, verificou-se que não se encontravam presentes. --



Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, o qual, após agradecer as questões, informou que a Câmara Municipal faria chegar à Mesa as respostas por escrito. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 23 horas e 30 minutos, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,